

www.asduerj.org.br
asduerj@asduerj.org.br



EDITORIAL

TÓPICOS PARA ENTENDER A CRISE FINANCEIRA DA UERJ

1. A crise financeira que assola a Uerj tem origem em um projeto político em cujas prioridades as universidades públicas não estão incluídas. Faz-se, então, necessário denunciar não somente a total ausência de investimentos na universidade, mas a própria omissão no que tange ao financiamento básico do seu custeio.

2. É notório que o atual governo estadual, tendo optado pelo populismo aliciador, privilegia a política assistencialista-eleitoreira e não pretende atender às demandas da Uerj senão quando se tornar inescapável. São evidentes as demonstrações deste condenável e desafiador procedimento resumido na recusa de qualquer negociação.

3. Neste contexto, para que os trabalhadores da Uerj recomponham o poder de compra de seus salários no nível da data-base da categoria em abril de 2001 - data do último reajuste concedido - será necessária a aplicação do índice de 50%.

4. Na Assembléia Extraordinária de 19 de maio deste ano reiniciou-se o debate da questão salarial. Na ocasião, ficou evidenciada a existência de diferentes visões entre os docentes. Tais divergências, que não são de agora, têm impedido a construção de ações coesas da categoria docente para o encaminhamento da campanha do necessário reajuste.

Daí resulta um imobilismo, que, do ponto de vista da diretoria da entidade, em nada interessa à classe trabalhadora da Uerj.

5. Uma novidade surpreendente nesta assembléia foi a sugestão, originada no plenário, de exame da diferenciação de reajustes pautados na produção científica individual de cada docente. A Asduerj historicamente defende a paridade salarial, o que exige a inci-

**A direção da Asduerj
conclama a categoria para a
mobilização em defesa da
universidade e de seus
trabalhadores.**

dência linear do índice sobre os valores constantes do plano de carreira docente, recompondo igualmente as perdas para o conjunto dos professores, incluídos os aposentados.

6. Outra proposta proteladora, esta aprovada pelo plenário, foi a rejeição da imediata deflagração de campanhas de denúncia pública do descompromisso do governo estadual com a Uerj, sob o argumento de que tais campanhas deveriam ser examinadas em discussão de assembléia. Tal prática de “democracia direta” é uma

posição que tem como conseqüência obstar o deslanchar de uma campanha de crítica ao governo do Estado. A disputa política e ideológica pode ser desejável e produtiva, mas não pode servir para imobilizar as ações e impedir a luta.

7. Paralelamente, a Alerj está discutindo o Projeto de Lei das Diretrizes Orçamentárias de 2006 - PL 2417/2005. Por iniciativa conjunta das direções da Uerj e da Uenf foram encaminhadas seis emendas de interesse comum às universidades públicas do Estado. Elas visavam resguardar a garantia do financiamento e da forma de executá-lo; os recursos necessários à reposição das perdas salariais e os recursos para a contratação de pessoal por concurso público, além de assegurar “alterações de estrutura de Carreira”. Toda a proposta foi rejeitada na Comissão de Orçamento pelo voto de minerva do presidente Paulo Mello após o empate de três a três. Os deputados Albertassi, Renato Jesus e Paulo Mello votaram contra e a favor votaram Edmilson, Luís Paulo e Inês Pandeló. A Alerj parece não ser, por agora, um caminho para a conquista dos objetivos.

8. A direção da Asduerj, ciente de suas responsabilidades, posiciona-se frente aos acontecimentos e conclama a categoria para a mobilização em defesa da universidade e de seus trabalhadores.

Seminário debate avaliação na UERJ

O Núcleo de Informação e Estudos de Conjuntura (Niesc) promoveu nos dias 30 e 31 de maio o I Seminário da Comissão Própria de Avaliação da Uerj. Segundo a comissão organizadora, mais de 200 pessoas de dentro e fora da universidade debateram reforma do ensino superior, avaliação institucional e as experiências da Uerj. “Na realidade o Seminário foi um espaço de sensibilização da comunidade acadêmica sobre o processo de avaliação. Mas, no final, o evento acabou atraindo também outras instituições de ensino, como a Universidade Santa Úrsula e o Cefet”, conta Narcisa Gonçalves dos Santos, diretora do Niesc.

O Seminário faz parte da agenda de atividades da Comissão Própria de Avaliação (CPA) da Uerj e teve também como tarefa apresentar ao corpo social da universidade os trabalhos desenvolvidos até agora pela comissão. Para Narcisa dos Santos, o evento foi um importante passo para superar o problema de falta de comunicação sobre avaliação que existe entre as unidades. Segundo a docente, as dificuldades de interlocução com os diversos setores da Uerj ficaram evidentes durante o trabalho da CPA. “Enquanto algumas unidades estão num estágio avançado de auto-avaliação, outras sequer sabem do que trata.

Neste sentido, a iniciativa do evento foi muito positiva”, avalia.

A CPA foi formada no final do ano passado depois que a universidade recebeu uma notificação do Ministério da Educação. De acordo com Ana Maria Vasconcelos, representante do Serviço Social na CPA, as universidades estaduais não são obrigadas a fazer auto-avaliação, ficando a cargo de sua comunidade acadêmica essa decisão. “Mas nós preferimos aproveitar a oportunidade para criar uma cultura de avaliação na UERJ”. A docente explica que os

cursos da UERJ já recebem a visita do INEP e os alunos já fazem o Exame Nacional de Curso. Com isso a auto-avaliação se destaca como ferramenta para que a universidade elabore e expresse uma avaliação própria, exercitando sua autonomia. Sobre os trabalhos da CPA e o seu seminário, a docente também faz uma avaliação positiva: “É uma tentativa de construir uma avaliação de cima para baixo, das unidades acadêmicas para os centros, dos centros para a administração geral da universidade.

Atualmente a CPA trabalha na elaboração dos questionários de auto-avaliação. As propostas da comissão para os questionários e toda documentação referente à avaliação institucional estão na página eletrônica da UERJ aguardando contribuições da comunidade acadêmica. O endereço da Uerj na internet é <www.uerj.br>.

“O Seminário foi um espaço de sensibilização da comunidade acadêmica sobre o processo de avaliação”

Narcisa Gonçalves dos Santos, diretora do Niesc

Eleita direção do DCE

A chapa 4 – “Até quando esperar?” foi a vencedora das eleições para o Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Uerj, realizadas entre os dias 30 de maio e 03 de junho. O grupo obteve 1.994 votos, correspondentes a 32,5% do total. O número de votantes – 6.376 estudantes – foi considerada a principal vitória eleitoral, já que, na eleição realizada em 2004, não foi alcançado o quórum necessário para a validação do processo.

Foi escolhida a proporcionalidade como modelo de composição da diretoria do DCE, com 60% dos votos. Assim, com exceção das chapas 6 e 1, todos os outros cinco grupos concorrentes ocupam cargos na direção executiva da entidade. A chapa vencedora terá direito a 13 diretores, dos 40 que compõem a gestão – executiva e plena – do Diretório. Os estudantes elegeram também seus representantes nos Conselhos Superiores da Uerj.

DIRETORIA DA ASDUERJ (BIÊNIO 2003/2005)

Presidente: Cláudia Gonçalves de Lima
I Vice-Presidente: Antônio Braga Coscarelli
II Vice-Presidente: César X. B. Santos Lima
I Tesoureiro: Arnaldo José Noronha Filho
II Tesoureira: Maria da Glória Schaper dos Santos
I Secretário: Ronaldo do Livramento Coutinho

expediente

CONSELHO EDITORIAL
Antonio Braga Coscarelli
César X. B. Santos Lima
Denise Brasil
Iná Meireles

EQUIPE TÉCNICA
Jornalista: Sérgio Franklin
Estagiárias de Jornalismo: Elisa Monteiro, Paula Almada e Tadzia Maya.
Coordenação Técnica e Edição Visual: Leila Braile

ADVIR



Edital de Convocação de Artigos para Revista ADVIR Nº 19

A Diretoria da Associação de Docentes da Uerj e os Conselhos Editorial e Consultivo fazem saber, através dos meios disponíveis para divulgação deste edital, que está aberto o processo de convocação de artigos para o próximo número da Revista Advir, segundo os critérios e condições abaixo-descritos.

Prazo de entrega dos artigos: até 07 de julho de 2005

Local de entrega dos artigos:

Asduerj (Rua São Francisco Xavier, 524 Pavilhão João Lyra Filho - 1º andar - Bloco D – Sala 1026)

A/C Assessoria Editorial da Asduerj

Divulgação dos artigos aprovados para publicação: 29 de julho de 2005.

Local de divulgação dos artigos aprovados para publicação: www.asduerj.org.br

Elenco temático das seções:

PONTO DE VISTA - Serão avaliados para publicação nesta seção artigos que analisem o **Sistema de Cotas na Universidade**.

ACADEMIA

Serão avaliados para publicação nesta seção artigos referidos ao trabalho de pesquisa acadêmica desenvolvido pelo corpo docente da Uerj em qualquer área do conhecimento, e, em casos especiais, por docentes de outras universidades.

Atenção: Artigos produzidos por discentes só serão aceitos para avaliação se acompanhados de um parecer emitido por docente orientador da pesquisa acadêmica.

ARTE E CULTURA – OS CENTENÁRIOS

O que há em comum entre teoria da relatividade, Érico Veríssimo, Sartre, Nise da Silveira e Ismael Silva? É que 2005 é o ano de centenário destas grandes obras e personalidades da cultura brasileira e mundial e a revista Advir irá comemorar dedicando esta seção especialmente à publicação de artigos sobre estes assuntos.

ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO

Serão avaliados para publicação nesta seção artigos referidos ao **desenvolvimento de projetos** nas áreas de ensino, pesquisa e extensão.

OPINIÃO

Serão avaliados para publicação nesta seção artigos **que expressem opinião** de seu(s) autor(es) sobre um assunto polêmico da atualidade.

FFP PRESSIONA REITORIA POR MELHORIAS NA UNIDADE

foto: Paula Almada

PROFESSORES, funcionários e estudantes da Faculdade de Formação de Professores de São Gonçalo ocuparam, no dia 24 de maio, a ante-sala do gabinete da Reitoria da Uerj por cerca de três horas e fizeram passeata em torno do *campus* Maracanã. O objetivo era garantir a realização de uma reunião com a Reitoria e discutir as dificuldades de funcionamento enfrentadas pela Unidade. A decisão foi tomada em Assembléia Comunitária realizada na FFP, no dia 12 de maio, que também já havia decidido pela realização de manifestação nas imediações do *campus* São Gonçalo.

Segundo Cláudio Barbosa, Diretor da Unidade, os problemas da FFP são resultado da falta de investimentos efetivos no *campus* São Gonçalo desde que a faculdade foi incorporada à Uerj. “O investimento tem sido muito pontual e insuficiente para atender às demandas e cumprir a missão da universidade, que é o desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão”, diz. O Diretor aponta, como principais problemas da faculdade, a biblioteca com número muito pequeno de títulos e a ausência de uma política efetiva de assistência estudantil. Para Luíz Mello, professor do Departamento de Ciências e integrante da comissão que se reuniu com a Vice-Reitoria no dia da manifestação, as restrições que a faculdade vem sofrendo quase impossibilitam a continuação das atividades. “Tem professor comprando giz”, conta.

Cláudio ressalta que a Unidade recebe estudantes cuja renda familiar média é de cerca de 600 reais mensais, o que

exige apoio da instituição para que permaneçam na universidade. Além disso, dos seis mil estudantes da FFP, cerca de mil moram na cidade do Rio de Janeiro e têm que arcar com um gasto médio de dez reais por dia apenas com passagens de ônibus.

Essa preocupação é compartilhada com os alunos da Unidade, que apontam a criação do ônibus *intercampi* como uma de suas principais demandas. “É uma reivindicação de muito tempo”, diz Eduardo Torres, estudante de Biologia e representante discente no Conselho da Unidade, “porém, apesar de ter sido promessa de campanha, a Reitoria diz que não há nem estudo para a implementação do transporte”, completa. O manifesto dos estudantes divulgado após a Assembléia Comunitária aponta, ainda, problemas como a falta de segurança no *campus* e a ausência de um restaurante universitário. Os estudantes solicitam a abertura de concurso público para professores e funcionários, a regularização e o aumento do número de bolsas e a construção de um posto médico e de rampas de acesso para deficientes físicos.

Segundo a Reitoria, os problemas enfrentados pela FFP são os mesmos dos enfrentados pela universidade como um todo. E a razão também é a mesma: “Há um repasse insuficiente do



Alunos, professores e funcionários da FFP-UERJ reivindicam atendimento aos direitos da Unidade

Reitoria e FFP discutem problemas da Unidade

Na véspera de completar um mês da manifestação no *campus* Maracanã, a comunidade da FFP recebeu, no dia 23 de junho, a Reitoria para a Audiência Pública acertada em reunião durante o ato. Além do Reitor Nival Nunes e do Vice-Reitor Ronaldo Lauria, estavam presentes Márcia Souto Maior, representando a Sub-Reitora de Graduação (SR-1), Albanita Viana, Sub-Reitora de Pós-Graduação e Pesquisa (SR-2), Suzana Padrão, Diretora de Planejamento, e Maria Eugênia, Chefe de Gabinete.

O tom do debate foi de cobrança. Os estudantes, grande maioria dos inscritos para intervenções, denunciavam o não cumprimento das promessas de campanha e reivindicavam mais atenção para a FFP, uma vez que a Unidade foi uma das que mais apoiou a candidatura de Nival e Lauria.

Em resposta às críticas, Nival apresentou o orçamento da Universidade – numa linguagem chamada por ele pró-

prio de “economês” – e apontou como a principal causa dos problemas da UERJ a diminuição do investimento do Governo do Estado no Ensino Superior. Segundo ele, é repassada, hoje, para a Universidade uma quantia mensal de cerca de 3.800.000 reais, quando seria necessária uma verba próxima a R\$ 4.500.000,00. “O dinheiro que sobra depois do pagamento de luz, telefone e água está sendo usado para pagar professores contratados”, conta.

Para o Vice-Reitor, a solução do problema seria a garantia da autonomia financeira da Universidade em relação ao Estado, estabelecendo um percentual fixo de verba para a UERJ. “Enquanto estivermos ligados ao atual tipo de financiamento vai ser muito difícil”, disse Lauria.

Como soluções concretas da gestão para a melhoria das condições da FFP foi anunciada a regularização da posse do terreno onde a faculdade foi construída. Segundo Nival, até o fim de julho a Reitoria terá a escritura definitiva do espaço.

governo do Estado de recursos para a Universidade se manter. A nossa cota mensal para o custeio das atividades está aquém das nossas necessidades, por isso, evidentemente não podemos atender toda a demanda. Não é só a FFP que tem problemas”, diz o Vice-Reitor Ronaldo Lauria. Apesar disso, segundo ele, a Reitoria se comprometeu a repassar mensalmente para a Unidade o SIDES (Sistema de Desembolso Descentralizado) no valor de R\$ 8.000,00, a fim de solucionar problemas pontuais, como a falta de material de secretaria e limpeza, e aumentar o número de livros na biblioteca.

A garantia do repasse foi conquistada durante uma das reuniões entre os três segmentos da FFP e a Reitoria, com a presença também de representantes das Sub-Reitorias de Extensão e de Graduação, Prefeitura dos *Campi* e Diretoria de Administração Financeira. Segundo Eduardo Torres, estes espaços têm sido produtivos. “Todas as nossas reivindicações estão sendo negociadas. O recebimento do Sides foi um avanço, já que antes nem a quantia nem a data de repasse da verba eram precisas”, diz o estudante.

Participam destas reuniões, além dos representantes dos Conselhos Departamentais da FFP, os professores, alunos e funcionários que formaram a co-

missão recebida pelo Vice-Reitor. Segundo Luíz Mello, o convite para participar das negociações foi feito pelo próprio Conselho Departamental da Unidade. Para ele, a principal conquista até o momento foi a garantia da presença de toda a equipe da Reitoria na FFP para a realização de uma audiência pública. “Essa é a nossa reivindicação preliminar. Nossa esperança é de que após essa reunião seja encontrada uma solução que, ao menos, minimize nossos problemas, porque do jeito que está não dá pra ficar”.

A ocupação da Reitoria, porém, trouxe outras conseqüências que não a negociação de reivindicações. No dia seguinte ao ato foi aberta uma sindicância para apurar os danos causados ao patrimônio da Universidade. “Todo mundo tem o direito de se manifestar, de protestar, o que não pode acontecer é a depredação de móveis. A sindicância não é para apurar a manifestação da FFP, é para apurar os danos ao patrimônio”, ressalta o Vice-Reitor.

O Diretor da Unidade, conta que recebeu “com espanto” a notícia. No entanto, acredita que a medida era “necessária para dizer aos futuros manifestantes que todos têm direito de encaminhar pleitos, mas que o patrimônio público tem que ser respeitado”.

MEC apresenta sua segunda versão para a proposta de Reforma Universitária



ministro da educação, Tarso Genro, apresentou no dia 30 de maio a segunda proposta para reforma do ensino superior do governo. Em nota pública, o Andes-SN destacou dois pontos centrais de discordância: a exclusão dos artigos referentes à criação de mecanismos de controle do Estado sobre as mantenedoras (seção I do capítulo 3 da primeira versão) e a ausência de uma nova proposta de financiamento para as universidades públicas.

Pela nova versão, os centros universitários particulares ganham mais força. Eles não precisarão mais, por exemplo, informar ao MEC ou esperar autorização do mesmo para mexer em seu patrimônio. A proposta de um conselho administrativo (composto por no máximo 20% de representantes das mantenedoras e no mínimo 30% de doutores ou profissionais com experiência educacional) também foi suprimida. Além disso, os prazos de adequação à reforma foram alargados. As faculdades terão oito anos para se tornarem universidades.

Enquanto isso, as Instituições de Ensino Superior públicas ficam obrigadas a recuperar a meta do Plano Nacional de Educação - de ofertar 40% das vagas do ensino público - até 2011, sem a contrapartida do governo no que tange a um novo padrão de financiamento. A missão torna-se ainda mais áspera e incerta com a exclusão da exigência de aumento anual progressivo do orçamento, prevista pela primeira versão e, caso a lei orgânica seja aprovada da maneira como está, não haverá garantias que impeçam a redução no investi-

O temor de uma expansão de vagas sem condições materiais ainda assombra docentes, técnicos e estudantes

mento com relação ao ano anterior. Com isso, o temor de uma expansão de vagas sem condições materiais ainda assombra docentes, técnicos e estudantes. Permanece a suspeita de que o governo pretende alcançar a meta através da aplicação indiscriminada do ensino à distância.

Ações afirmativas perdem na segunda versão

Uma das alterações mais repercutidas pela imprensa foi o recuo na aplicação de cotas para negros, índios e alunos de escolas públicas nas universidades públicas federais. A proposta de aplicar o sistema de cotas a partir do primeiro vestibular subsequente à aprovação da reforma foi substituída por um prazo até 2015 para que as Instituições Federais de Ensino Superior completem 50% de suas vagas com estudantes oriundos do ensino médio público.

A maneira como as instituições devem alcançar a meta não foi regulamentada e nada é mencionado a respeito de reservas específicas para negros, pardos ou índios. A primeira versão do projeto previa um percentual de cotas segundo o peso que esses agrupamentos étnicos possuem na população de cada estado, com base no censo do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, IBGE.

Entidades autônomas ficam de fora

O ANDES-SN e outras instituições que apresentaram críticas ao novo texto de reforma encaminhado pelo MEC, como as estaduais paulistas, não foram chamadas para as negociações que vêm acontecendo entre o governo e sociedade civil organizada. O governo justifica a exclusão afirmando que o sindicato é contra a proposta, portanto não pode discuti-la.

ENQUANTO ISSO, EM BRASÍLIA...

“No mesmo dia em que a área econômica anunciou o maior superávit primário da história, equivalente a 7,26% do PIB, o MEC apresentou por vídeo-conferência a nova versão do Anteprojeto que ‘Estabelece Normas Gerais da Educação Superior’ sem a previsão de novos recursos para as instituições públicas de ensino primário ao valor de 7,26% do PIB”

Fonte: Andes-SN

Prouni é aprovado pelo Senado

O Senado aprovou, no dia 08 de junho, o projeto de conversão da MP que instituiu o Programa Universidade para Todos (Prouni) em Projeto de Lei. O Programa concede benefícios fiscais às Instituições de Ensino Superior privadas em troca de vagas para alunos carentes. A lei deve ser sancionada pelo presidente Lula em breve.

Com a conversão, passam a ser beneficiados também os estudantes que cursaram o ensino médio em instituições particulares com bolsas integrais ou parciais e não apenas os alunos oriundos de escolas públicas.

“Pacote de bondades” - Outra novidade é que, a partir de agora, os estudantes que cursam o ensino superior com bolsa do Prouni em faculdades de turno integral receberão uma Bolsa Permanência no valor de R\$ 300,00. O governo anunciou também que os beneficiários do Prouni que conseguiram bolsas no valor de 50% da mensalidade poderão financiar, através do Fies, 25% da parte que estão pagando à instituição onde estudam.

Estas medidas fazem parte do que a imprensa vem chamando de “pacote de bondades”: uma série de pequenas mudanças na área educacional que teria como principal objetivo melhorar a imagem do governo.

Veja mais sobre orçamento das públicas e outros pontos da II Proposta de Reforma do Ensino Superior no site do Andes-SN www.andes.org.br